AUTISMO NA ESCOLA: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Áurea Célia Andrade de Almeida[1], Lhays Ingryd Soares Leite[2], Rosilene Alves Lima[3], Luciana Soares de Oliveira Leite[4], Ana Claudia Reis Bittencourt[5], Elizabe da Silva Amaral Souza[6]

[1]Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil (aurea_ph@hotmail.com)
[2]Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis, Brasil
[3]Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Rondonópolis, Brasil
[4] Secretaria Municipal de Educação, Rondonópolis, Brasil
[5] Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis, Brasil
[6]Secretaria Municipal de Educação, Rondonópolis, Brasil

Resumo: O presente trabalho estuda o ambiente escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Pessoas com TEA requerem um olhar crítico e humanizado para promover a inclusão no ensino regular. É fundamental considerar o nível de desenvolvimento do aluno para priorizar objetivos que atendam às suas particularidades e necessidades individuais A pesquisa bibliográfica aponta que a escola é ideal para a inclusão, trazendo benefícios a todos, onde deve ser garantido o acesso e participação de todas as crianças em todo o processo educativo.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão Escolar; Escola

INTRODUÇÃO

A ampliação das discussões acerca da educação inclusiva nas últimas décadas tem provocado importantes reflexões sobre o papel da escola frente à diversidade humana e ao direito de todos à aprendizagem. Nesse contexto, a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular tem se constituído como um dos principais desafios da educação, especialmente no que se refere à construção de práticas pedagógicas capazes de assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e o desenvolvimento integral desses sujeitos. Embora os avanços legais tenham garantido maior visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência, a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva ainda encontra inúmeras barreiras no cotidiano escolar.

A inclusão escolar ultrapassa a ideia de inserção física do estudante na sala de aula, exigindo transformações estruturais, pedagógicas e atitudinais que possibilitem o reconhecimento das singularidades presentes no processo educativo. Nessa perspectiva, Maria Teresa Eglér Mantoan defende que a escola inclusiva deve romper com práticas excludentes historicamente consolidadas, reorganizando-se para atender às diferenças sem transformar as especificidades dos estudantes em justificativas para segregação. Assim, pensar a inclusão de crianças com TEA implica compreender que cada sujeito apresenta formas particulares de comunicação, interação social, aprendizagem e expressão, demandando práticas pedagógicas flexíveis, acessíveis e comprometidas com o respeito à diversidade.

O Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se como uma condição do neurodesenvolvimento que pode manifestar-se de diferentes maneiras e níveis de suporte, afetando aspectos relacionados à comunicação, interação social e comportamento. Entretanto, compreender o autismo apenas a partir de suas limitações contribui para a manutenção de estigmas e práticas escolares excludentes. Torna-se necessário deslocar o olhar centrado no déficit para uma perspectiva que reconheça as potencialidades, possibilidades de aprendizagem e formas singulares de desenvolvimento das crianças com TEA. Nesse sentido, a escola desempenha papel fundamental na promoção de experiências educativas que favoreçam a autonomia, a socialização e a participação ativa desses estudantes nos diferentes espaços escolares.

As políticas públicas voltadas à educação inclusiva representam importantes conquistas no reconhecimento do direito à educação para todos. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) consolidou internacionalmente o princípio de que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais ou emocionais. No Brasil, a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reafirma o direito ao acesso à

educação e ao acompanhamento especializado, fortalecendo as discussões sobre inclusão escolar. Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva evidencia a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte complementar ao processo de escolarização.

Apesar dos avanços legislativos, a realidade educacional brasileira ainda revela desafios significativos para a consolidação de práticas inclusivas efetivas. A ausência de formação específica para professores, a insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis, a fragilidade das equipes multidisciplinares e as dificuldades estruturais presentes em muitas instituições de ensino comprometem o desenvolvimento de propostas pedagógicas inclusivas. Soma-se a isso a permanência de concepções capacitistas que, muitas vezes, reduzem os estudantes com TEA às suas dificuldades, desconsiderando suas potencialidades e possibilidades de aprendizagem.

Na Educação Infantil e nos anos iniciais da escolarização, tais desafios tornam-se ainda mais relevantes, considerando que as primeiras experiências escolares influenciam diretamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. Dessa forma, o papel do professor assume centralidade no processo inclusivo, exigindo sensibilidade, planejamento pedagógico e formação continuada que possibilitem a construção de práticas acolhedoras e significativas. Conforme aponta Paulo Freire, a educação deve constituir-se como prática de humanização, diálogo e reconhecimento do outro, perspectiva essencial para a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular, discutindo o papel da escola, das práticas pedagógicas e do Atendimento Educacional Especializado na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentada em autores que discutem educação inclusiva, autismo e práticas pedagógicas inclusivas, além de documentos legais que orientam as políticas educacionais brasileiras. Espera-se, assim, contribuir para a ampliação das discussões acerca da inclusão de estudantes com TEA, fortalecendo reflexões sobre a necessidade de construção de práticas educativas comprometidas com a diversidade, a equidade e o direito à aprendizagem de todos os sujeitos.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, fundamentando-se na análise e interpretação de produções acadêmicas já consolidadas sobre o tema da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo compreender, por meio de referenciais teóricos, as abordagens, os desafios e as estratégias que permeiam a prática da Educação Inclusiva voltada ao público com TEA. Foram selecionados livros, artigos científicos e documentos oficiais que discutem aspectos conceituais, históricos e pedagógicos da inclusão escolar, bem como estudos específicos sobre o autismo infantil. Entre os autores consultados, destacam-se Crochik (2012), Mittler (2003) e Cunha (2010) cujas contribuições teóricas se mostraram relevantes para a análise e discussão do tema abordado.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, com base na comparação entre os diferentes posicionamentos teóricos encontrados na literatura, possibilitando identificar convergências quanto à importância da atuação docente, do acompanhamento familiar e da intervenção multidisciplinar no processo educacional desses estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As discussões acerca da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) evidenciam a necessidade de compreender a escola como um espaço de acolhimento, participação e desenvolvimento humano. Nesse sentido, a inclusão não deve ser entendida apenas como a inserção do estudante com autismo no ensino regular, mas como a garantia de condições efetivas para sua aprendizagem, socialização e desenvolvimento integral. Embora crianças com TEA possam apresentar diferentes níveis de suporte e singularidades em relação à comunicação, interação social e comportamento, é fundamental reconhecer suas potencialidades e capacidades de aprendizagem, compreendendo que, quando estimuladas adequadamente, podem desenvolver habilidades cognitivas, sociais e emocionais significativas.

Dessa forma, o papel da escola torna-se indispensável no processo de desenvolvimento da criança com autismo, especialmente desde a Educação Infantil, etapa em que se constituem importantes experiências relacionadas à convivência social, à linguagem, à construção da autonomia e à aprendizagem. A escola inclusiva deve, portanto, organizar-se de maneira a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação efetiva desses estudantes em todos os espaços e atividades escolares. Tal perspectiva exige transformações pedagógicas, estruturais e atitudinais que favoreçam o

reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do ambiente educacional.

Nesse contexto, a Declaração de Salamanca, publicada pela UNESCO em 1994, representa um importante marco para as discussões sobre educação inclusiva ao defender o direito de crianças, jovens e adultos com deficiência à escolarização no ensino regular. O documento propõe uma pedagogia centrada na criança, fundamentada no respeito às diferenças e na democratização das oportunidades educacionais. Além disso, a Declaração evidencia que a inclusão escolar requer mudanças significativas nos sistemas educacionais, orientando ações em níveis regionais, nacionais e internacionais voltadas à construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Entretanto, garantir o acesso à escola não significa assegurar, por si só, uma inclusão efetiva. A permanência do estudante com TEA no ambiente escolar precisa ocorrer de maneira qualitativa, possibilitando experiências de aprendizagem significativas e relações sociais acolhedoras. Nesse sentido, torna-se necessário que a escola reconheça as especificidades de seus estudantes durante o processo educativo, promovendo adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, metodologias diferenciadas e estratégias pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das potencialidades de cada sujeito.

A construção de uma escola inclusiva demanda constante atualização das práticas pedagógicas e revisão das concepções historicamente excludentes presentes no contexto educacional. Assim, a inclusão requer novos olhares sobre o processo de ensino-aprendizagem, rompendo com modelos padronizados de ensino e valorizando as múltiplas formas de aprender e se desenvolver. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas possibilita que a criança com autismo desenvolva maior consciência de si mesma, fortaleça sua autonomia e amplie suas possibilidades de interação e participação social.

Corroborando essa discussão, Crochík afirma que a Educação Inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares (CROCHÍK, 2011). A partir dessa perspectiva, compreende-se que reconhecer as diferenças não significa reduzir o estudante às suas dificuldades, mas criar condições pedagógicas adequadas para que todos possam aprender de maneira significativa. Dessa forma, a escola inclusiva precisa estar comprometida com práticas que respeitem as singularidades dos estudantes, promovendo oportunidades equitativas de aprendizagem e desenvolvimento.

Além disso, evidencia-se que o processo de inclusão escolar de estudantes com TEA está diretamente relacionado à formação docente e ao suporte oferecido aos profissionais da educação. Muitos professores ainda enfrentam dificuldades para desenvolver práticas inclusivas devido à ausência de formação específica, à insuficiência de recursos pedagógicos e à fragilidade das redes de apoio multidisciplinar. Tal realidade demonstra que a inclusão escolar não depende exclusivamente do professor, mas da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, Atendimento Educacional Especializado (AEE), famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo.

Portanto, pensar os caminhos para uma educação inclusiva implica compreender que a inclusão de crianças com autismo exige compromisso coletivo, investimento em formação continuada e construção de práticas pedagógicas sensíveis às diferenças humanas. A escola inclusiva deve constituir-se como um espaço capaz de acolher, valorizar e potencializar as capacidades de todos os estudantes, contribuindo não apenas para o desenvolvimento das crianças com TEA, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Nesse sentindo concordamos com Mittler quando ele afirma o repensar dos espaços escolares:

> No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola (2003, p. 25).

A escola deve ser o melhor lugar para a inclusão, bem como trazer benefícios a todos, sendo essencial na potencialidade de cada um, devendo ter a garantia de acesso e participação de todas as crianças em todo o processo educativo. É necessário pensar no aluno sem qualquer tipo de exclusão, repensar as práticas pedagógicas, e considerar o aluno como ele realmente é, dar ênfase às suas potencialidades e interesses, sem neutralizar suas dificuldades tentando padronizá-lo.

Diante disto Mittler (2003, p.170) aponta que:

> Nosso ponto de partida no caminho da inclusão deve ser a sala de aula e os professores que, com certeza, já ofereceram apoio como parte de sua prática cotidiana. Isto inclui assegurar que todos os alunos participem, o máximo possível, da aula, que tenha oportunidades para interagir com o professor e entre si e que alcance sucesso.

As crianças com autismo necessitam ser incluídas não somente como meros ouvintes deixados num canto isolados, eles devem ser incluídos de forma que participem de todo contexto exposto em cada situação.

Existem muitas coisas que podem ser feitas pelo sujeito com autismo, a principal é acreditar que ele tem potencial para aprender, é preciso saber que ele enxerga o mundo de forma diferente, mas vive no nosso próprio mundo, e cabe a nós não o deixar ficar fora da escola e privá-lo do convívio social. Não

convém pensar no autismo como algo distante e condenado ao isolamento em escolas especializadas.

Ao ingressar na escola, a criança com autismo pode apresentar manifestações, que muitas vezes são desconhecidas e/ou novas para os profissionais, causando-lhes grande impacto quando se deparam com essas situações. Essas manifestações ocorrem por ser um local novo, uma nova experiência desconhecida para a criança, e que causa desconforto a ela. No entanto, a escola deve recebê-la e acolhê-la e saber que aquele momento não vai ser permanente e que é só uma fase e com o passar dos dias o relacionamento dessa criança vai ser mudado.

> Na inclusão escolar, a criança com TGD tem a oportunidade de vivenciar a alternância entre aquilo que acontece todos os dias da mesma forma e aquilo que acontece de forma diferente. Essa alternância permite o acúmulo de experiências que irá tornar o ambiente social menos imprevisível. O que pudemos observar é que a escola é fonte de aprendizados provenientes da experiência sistemática com situações sociais, sob a mediação da escola, de modo a ampliar para essa criança seus recursos para fazer antecipações. (BELISÁRIO FILHO E CUNHA, 2010, p. 26).

Na escola, a criança aprende na interação com seus pares e na vivência da rotina do cotidiano escolar, a superar a condição inicial, em que ela foi posta, podendo com isto amenizar prejuízos e aumentar suas possibilidades de desenvolvimento mentais.

Existem casos em que a escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar, esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um sujeito com autismo. É importante que a escola saiba diferenciar e encaminhar essas crianças para um profissional capaz de realizar o diagnóstico. Diante do diagnóstico e o resultado, o professor poderá criar um plano de ensino para aquela criança, com conteúdo próximo a idade global da pessoa com autismo.

> A preocupação com o desenvolvimento deve abranger todas as pessoas envolvidas, tanto alunos quanto pais, professores, técnicos e funcionários. É muito mais do a aplicação de métodos ou conhecimentos; trata-se da participação num processo que inclui uma forma de convivência baseada numa escala de valores oriunda de uma filosofia de vida. (CUNHA, 2010, p.122).

A formação de docentes é um dos pilares fundamentais para a promoção de um processo educativo inclusivo e eficaz, especialmente no campo da Educação Infantil, Alfabetização e Educação Especial. No contexto educacional atual, é imprescindível que os professores possuam não apenas um conhecimento sólido sobre as metodologias pedagógicas convencionais, mas também uma compreensão profunda das necessidades individuais de seus alunos, particularmente aqueles com necessidades educacionais especiais. A formação docente deve, portanto, ser ampliada para incluir habilidades que permitam aos educadores intervir de maneira assertiva nas dificuldades de aprendizagem e nas condições neuropsicológicas que podem afetar o desenvolvimento de seus alunos.

A Educação Especial, em particular, exige que os professores possuam uma compreensão mais ampla das especificidades dos transtornos do desenvolvimento como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, a formação de docentes deve ser permeada por metodologias de avaliação que possibilitem uma intervenção precisa e personalizada.

Ao se falar de crianças com autismo, o desafio para a escola se torna maior, uma vez que a manifestação do comportamento estereotipado, por parte dessas crianças consiste em um dos aspectos, que se tem um peso maior diante do âmbito social, tornando-se um obstáculo nas relações entre as mesmas e seu meio, podendo trazer implicações nas trocas interpessoais, que ocorrerão nas salas de aula.

Incluir o aluno com autismo não é apenas deixá-lo como ouvinte, mas sobretudo, que ele também seja participante em todos os momentos, em sala de aula. Essa inclusão é essencial na potencialização em qualquer nível de desenvolvimento, é sempre bem sucedida e traz benefícios ao aluno e para todos em seu meio.

A esse respeito Belisário Filho e Cunha (2010, p. 36) explicam que:

> Constitui fator facilitador do desenvolvimento de atitudes no interior da sala de aula, visando a iniciar intervenções pedagógicas formais, oferecer à criança com TGD referências de condutas e participação por meio de seus pares. Assim, é importante a realização de atividades em dupla ou grupo.

A criança com autismo possui características que afetam a linguagem, socialização e concentração, possui hipersensibilidade sensorial, movimentos estereotipados, linguagem literal, dentre outros. Tudo isso compromete o aprendizado e faz com que aumente a exigência de posturas diferenciadas dos professores. No entanto, o aluno com autismo também conversa, brinca e estuda somente o que o interessa. Cabe, portanto, ao professor desenvolver uma prática pedagógica que irá ajudar esse aluno em seu desenvolvimento. Nesse entendimento, os autores Belisário Filho e Cunha, (2010, p. 36) corroboram:

> [...] será preciso que as intervenções pedagógicas se pautem inicialmente nos aspectos de ensino e aprendizagem pertinentes ao campo do desenvolvimento cognitivo relativo à familiarização com o ambiente, ao melhor domínio da rotina escolar, ao estabelecimento de vínculos e estratégias de comunicação/antecipação e à destinação de sentido à experiência no meio social da escola.

Há uma grande necessidade de conhecimento e informação sobre o que é o autismo dentro da escola, pois, se todos tiverem esse conhecimento básico poderão ajudar e saberão posteriormente lidar com o aluno com autismo. É de suma importância conhecer para incluir.

De acordo com Belisário Filho e Cunha, (2010, p. 36):

> É importante oportunizar situações de interesse conciliadas com o com o envolvimento de outros alunos, propondo atividades em que o aluno com TGD necessite entrar em relação e troca com algum colega, evitando-se reforçar os prejuízos na área do compartilhamento social e oportunizando os desafios necessários para o desenvolvimento de habilidades neste campo.

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica e de acordo com o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, desta forma, um atendimento especializado, antes da inclusão numa escola regular, pode ajudar a criança a desenvolver a consciência de si mesma, preparando-a para utilizar-se de modelos, posteriormente.

O Ministério da Educação (MEC) reafirma o direito à educação inclusiva e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurando o acesso à educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino em todo o território nacional. Além disso, garante aos estudantes público-alvo da Educação Especial os apoios necessários para atender às suas necessidades específicas ao longo da trajetória escolar. Nesse contexto, a inclusão escolar demanda a implementação de ações que envolvam a formação continuada de professores e gestores, a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado voltado às potencialidades e singularidades de cada estudante, bem como a disponibilização de recursos de acessibilidade, estratégias pedagógicas e mediações que favoreçam o acesso, a permanência e a participação efetiva no ambiente escolar.

Essas ações estão em consonância com o artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando, inclusive, o direito ao acompanhante especializado na classe comum, nos casos em que houver necessidade comprovada. Nessa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado configura-se como um importante suporte ao processo de escolarização, oferecendo atendimento complementar ou suplementar, preferencialmente no contraturno escolar e na própria instituição em que o estudante está matriculado.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE "[...] tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem" (MEC, 2008). Assim, compreende-se que o AEE deve promover condições que possibilitem não apenas o acesso ao currículo, mas também o desenvolvimento integral do estudante, respeitando suas especificidades e potencialidades.

No caso das crianças com Transtorno do Espectro Autista, torna-se fundamental que as práticas pedagógicas e as atividades complementares sejam planejadas considerando seus interesses, necessidades e formas particulares de interação com o mundo. Atividades lúdicas, corporais, artísticas e tecnológicas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social dessas crianças. Nesse sentido, espaços como a brinquedoteca favorecem aprendizagens por meio do brincar, estimulando a imaginação, a interação social e o desenvolvimento de diferentes habilidades. As atividades de expressão corporal auxiliam na percepção do próprio corpo, na coordenação motora e na construção de relações espaciais, temporais e sociais. Da mesma forma, a natação adaptada pode contribuir para o desenvolvimento físico, motor e sensorial, promovendo também autonomia e bem-estar. Já a informática educacional amplia as possibilidades de aprendizagem e comunicação por meio de recursos digitais e softwares educativos, enquanto as atividades artísticas possibilitam diferentes formas de expressão, criatividade e interação social.

Entretanto, para que tais atividades produzam efeitos positivos no desenvolvimento da criança, é necessário que sejam significativas e respeitem sua individualidade. Sobre isso, Cunha (2005, p. 122) destaca que: "As atividades propostas deverão ser bastante significativas, caso contrário não serão determinantes de equilíbrio físico e emocional; se forem impostas, poderão destruir a motivação não somente para aquela atividade, mas para a participação também em outras circunstâncias."

Apesar dos avanços nas legislações e nas discussões acerca da educação inclusiva, os desafios para a inclusão efetiva de estudantes com autismo ainda são significativos. Entre os principais obstáculos,

destacam-se a falta de conhecimento e formação específica sobre o TEA, a insuficiência de equipes multidisciplinares para acompanhamento especializado, a carência de redes de apoio às famílias e a insegurança de muitos profissionais diante das práticas inclusivas. Dessa forma, torna-se essencial investir em políticas públicas, formação continuada e estratégias pedagógicas que garantam não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e o desenvolvimento pleno desses estudantes no contexto educacional.

Diante da impossibilidade de transposição dos conhecimentos acadêmicos, para lidar com as dificuldades em sala de aula, o professor deve constituir seus conhecimentos, com base em saberes disciplinares, pedagógicos e nas experiências vivenciadas.

> As crianças autistas podem ter dificuldade para fazer associações, para imitar ou representar mentalmente. Sendo muito seletivos, concentram se em um único detalhe e uma pequena mudança no ambiente pode fazer com que não reconheçam mais o todo. Poderão fazer pareamento de figuras iguais, mas não ser capazes de associar a figura ao objeto representado ou ao seu nome. Os comportamentos estereotipados são bastante frequentes. Algumas vezes os comportamentos estranhos são a única forma de expressão que a criança que não fala encontra para manifestar-se e sentir-se viva, por esta razão é tão importante desenvolver algum tipo de comunicação alternativa com ela. Não basta tentar inibir esses comportamentos, é necessário compreende-los. (CUNHA, 2005, p. 123).

O que funciona para um, pode não funcionar para outro. Os professores devem aliar o conhecimento pedagógico à sensibilidade humana, pois sempre haverá conquistas e erros, muitas vezes mais erros do que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão.

Para Belisário Filho e Cunha, (2010, p. 37)

> O tempo necessário para que o aluno com TGD comece a fornecer respostas ao investimento pedagógico em sala de aula é muito variável de criança para criança. Também é variável a condição de envolvimento e execução nas tarefas escolares a cada momento da escolarização. Por outro lado, podem ocorrer respostas surpreendentes, demonstrando aquisição de conhecimentos por parte deste aluno que a escola até então desconhecia.

Com um olhar instrumentalizado e sensível, a partir do aluno, o professor estabelece seu trabalho. Ele descobre os recursos pedagógicos que deverão ser usados. O professor precisa descobrir quais habilidades – sociais e acadêmicas - seu aluno já possui e quais ele precisa adquirir. A partir daí escolher os materiais adequados. Sempre priorizando a comunicação e a socialização das crianças com autismo. Cunha (2005, p. 123), acredita que

> O objetivo geral do trabalho é a melhoria da qualidade de vida da criança e de sua família, para isso na elaboração dos planejamentos é fundamental a seleção de conteúdos significativos, razão pela qual, é tão importante conhecer o ambiente familiar e o nível de desempenho da criança em suas atividades de vida diária.

De acordo com a autora Freire (2005), o professor em seu *status* de educador em determinadas situações deve dar seu abraço para trazer conforto na hora da dor dessas crianças, deve mostrar segurança para fortalecer suas dúvidas, deve ser firme para desbancar seus medos, deve disponibilizar sempre a possibilidade de trocas mesmo que sejam mínimas, deve olhar nos olhos dessas crianças mesmo que o dela seja fugaz.

Assim, dessa maneira os professores poderão ser sempre os incentivadores da busca do equilíbrio, ser os facilitadores do encontro dessas crianças com elas mesmas e com as outras pessoas, os criadores de infinitas oportunidades de vivências cognitivas e afetivas, das quais elas tanto precisam para aprender a significar o mundo e principalmente a "se significar" dentro delas.

> Não se pode incorrer no erro de pensar que a prática se constrói sem a teoria. Os conceitos teóricos são fundamentais para o esclarecimento de tantas dúvidas que por ventura tenhamos a respeito do que o aluno tem. (FREIRE, 2005, p.140).

É de suma importância o professor adquirir conhecimentos, que envolvam as condições de seu aluno, para isso é necessário buscar esse conhecimento para que ele possa desenvolver um trabalho com bons resultados. Para isso, a autora Freire (2005), aponta algumas condições necessárias ao professor: que o mesmo tenha conhecimento prático sobre o aluno; estabeleça um canal de comunicação com o aluno; seja tolerante à frustração, persistência e consistência; saiba orientar às famílias dos alunos e trabalhar em parceria; ter a essência da relação professor-aluno se mostrando: sensível, afetuoso, firme, seguro, emocionalmente estável, assertivo, organizado sereno e entusiasmado.

Para Freire ainda (2005, p.143) "É fundamental que tenhamos extremo cuidado e respeito com o que se fala perto dele, respeitar também seu ritmo, sua preferência e muitas vezes até suas estereotipias e rituais".

Acreditamos que as oportunidades de inclusão de alunos com autismo tendem a aumentar, pois essa inclusão se mostra essencial, para essas crianças, por meio da interação com seus pares. Diante de condições favoráveis de aprendizagem, as possibilidades de sucesso serão mais frequentes que as de fracasso e que sejam valorizados seus esforços e resultados, dessa forma poderão desenvolver competências e habilidades que irão ser útil por toda sua vida.

CONCLUSÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui-se como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes transformações no contexto educacional atual. Mais do que garantir o acesso à escola regular, a inclusão pressupõe assegurar condições reais de participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral desses estudantes, respeitando suas singularidades, potencialidades e formas próprias de interação com o mundo. Nesse sentido, a educação exerce um papel fundamental na construção de uma sociedade mais democrática, acolhedora e igualitária, uma vez que possibilita romper barreiras históricas de exclusão e preconceito.

Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a inclusão escolar não deve ser entendida apenas como o cumprimento de uma exigência legal, mas como um compromisso ético, social e pedagógico que envolve toda a comunidade escolar. A criança com autismo possui capacidade de aprendizagem e desenvolvimento como qualquer outra criança, necessitando, porém, de práticas pedagógicas acessíveis, estratégias adequadas e um olhar sensível por parte dos profissionais da educação. Dessa forma, torna-se essencial que o processo educativo esteja centrado nas potencialidades do estudante, e não apenas em suas limitações, promovendo experiências significativas que favoreçam sua autonomia, socialização e desenvolvimento cognitivo e emocional.

Nesse contexto, destaca-se a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte indispensável para a efetivação da inclusão escolar, contribuindo para a eliminação de barreiras que dificultam o acesso ao currículo e à participação nas atividades escolares. Além disso, recursos pedagógicos adaptados, atividades lúdicas, tecnológicas, artísticas e corporais demonstram grande potencial no desenvolvimento das habilidades das crianças com TEA, favorecendo sua comunicação, expressão, interação social e aprendizagem.

Entretanto, apesar dos avanços proporcionados pelas legislações inclusivas e pelas políticas públicas voltadas à Educação Especial, ainda existem inúmeros desafios a serem superados. A insuficiência na formação de professores, a carência de equipes multidisciplinares, a limitação de recursos pedagógicos e a falta de conhecimento acerca do autismo ainda dificultam a consolidação de práticas verdadeiramente inclusivas no cotidiano escolar. Muitas vezes, a inclusão acontece apenas de maneira parcial, restringindo-se à presença física do estudante na escola, sem garantir sua participação efetiva nos processos de ensino e aprendizagem.

Dessa maneira, evidencia-se a necessidade de investimentos contínuos em formação docente, apoio especializado e políticas públicas que fortaleçam a educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Também se faz necessário ampliar as redes de apoio às famílias e promover ações de conscientização que contribuam para a superação de estigmas e preconceitos relacionados ao autismo. A construção de uma escola inclusiva exige o comprometimento coletivo de gestores, professores, famílias, profissionais especializados e sociedade, compreendendo a diversidade humana como elemento enriquecedor do processo educativo.

Por fim, conclui-se que a inclusão de crianças com autismo no ensino regular representa não apenas a garantia de um direito fundamental, mas também a possibilidade de transformação das práticas educacionais e das relações sociais. Uma escola inclusiva beneficia não somente os estudantes com deficiência, mas toda a comunidade escolar, ao promover valores como respeito, empatia, cooperação e valorização das diferenças. Assim, assegurar uma educação de qualidade para todos significa reconhecer que cada criança possui maneiras singulares de aprender e se desenvolver, cabendo à escola criar possibilidades para que todos tenham oportunidades reais de participação e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, E. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e cultura. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2005

CUNHA, E. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar - ideias e

práticas pedagógicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. Revista da Educação, PUC-Campinas, Campinas, n. 18, p. 139-144, jun. 2005.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994.